

**O Cotidiano e os *pés*: territorialidades produzidas na relação entre humanos e outros
constituintes do mundo³⁸**

Izadora Pereira Acypreste³⁹

Resumo: Este trabalho é resultado do esforço de tentar colocar em discussão minha experiência recente de participação em um projeto de pesquisa e as reflexões que venho realizando no âmbito do doutorado. Neste texto minha intenção é apresentar, a partir da realização de trabalho de campo, como os habitantes das comunidades quilombolas de Caraíbas, Sangradouro Grande, Balaieiro e Croatá me levaram a refletir a respeito de suas territorialidades, tendo os temas da paisagem, do movimento e das plantas como centrais. Nesse sentido, procuro refletir, através de uma discussão já iniciada no meu projeto de pesquisa, como as comunidades negras rurais dos municípios de Januária (MG) e Pedras de Maria da Cruz (MG) se relacionam com as plantas. Na zona rural destes municípios, situados no Sertão do Norte de Minas Gerais, pessoas e *pés* coabitam a paisagem construindo-a e reconstruindo-a através das atividades cotidianas. Através desse enfoque nas plantas, espero conseguir compreender os aspectos mais sensíveis da forma como os moradores locais pensam e se relacionam com os *pés*, e como, a partir dessa relação, as comunidades rurais pensam e produzem outros aspectos de suas vidas, como o parentesco ou mesmo uma convivialidade geradora de laços de pertencimento entre as pessoas. Este trabalho traz algumas reflexões iniciais a respeito do que as plantas podem dizer sobre o modo de vida e as territorialidades das comunidades negras rurais do Sertão Norte Mineiro.

Palavras-chave: Plantas; paisagem; movimento; quilombolas.

³⁸ Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no “1º Workshop Humanimalia – Antropologia das Relações Humano-Animal”, ocorrido na UFSCar em abril de 2017. Agradeço aos colegas, sobretudo a Natacha Leal, pelos comentários e sugestões ao texto.

³⁹ Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo 2016/07212-1).



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Introdução

Com o intuito de marcar pontos no GPS para identificar o território, viajei acompanhada de outra antropóloga⁴⁰ para Sangradouro Grande, comunidade quilombola localizada na zona rural de Januária, município à margem esquerda do rio São Francisco, situado no Norte de Minas Gerais. Desde 2014 vinha mantendo contato com os moradores desta localidade por meio da minha pesquisa de mestrado (ACYPRESTE, 2015)⁴¹. Em 2016, já estando vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (PPGAS/UFSCAR), na condição de estudante de doutorado e também colaborando em um projeto de pesquisa em outra instituição, tive a oportunidade, após um longo período ausente, de retornar a Sangradouro Grande. Retornei enquanto pesquisadora da equipe do projeto “Dinâmicas socioambientais na bacia média do rio São Francisco mineiro: identificação e caracterização de terras tradicionalmente ocupadas por povos e comunidades tradicionais”, uma cooperação técnica entre a UNIMONTES, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário de Minas Gerais (SEDA) e a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).⁴²

Aguardava ansiosa pela viagem. A possibilidade de rever os moradores, sobretudo aqueles com que tive maior contato, me deixava extremamente contente. Saímos de Montes Claros (MG) durante a tarde de uma quarta-feira e em aproximadamente duas horas de viagem já estávamos em Pedras de Maria da Cruz (MG). De lá, seguimos direto para Sangradouro Grande, pois os moradores nos esperavam reunidos para o café da tarde. Ao chegarmos, todos já estavam presentes e sentados

⁴⁰ Claudia Luz de Oliveira é professora na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) e doutoranda em Antropologia Social na Universidade de Brasília (UnB).

⁴¹ Durante minha pesquisa de mestrado estava interessada em compreender as estratégias mobilizadas pelos moradores de Sangradouro Grande para assegurarem seus direitos territoriais. A atuação política dos moradores acontecia em diversos espaços fora da comunidade – em reuniões, cursos de formação e outros eventos – em que eles se encontravam para debater pautas sobre os direitos, conflitos e estratégias de luta. Suas participações em eventos eram importantes para *manjar os processos e afinar os discursos*. Para uma descrição aprofundada deste tema, ver Acypreste (2015).

⁴² O referido projeto vem desenvolvendo estudos em comunidades ribeirinhas da baixada média do rio São Francisco, afim de “subsidiar científico e tecnicamente processos de reconhecimento e regularização fundiária de territórios tradicionais em áreas da União, em terras devolutas e particulares no Estado de Minas Gerais” (ANAYA, 2015, p. 8). Para tanto, o Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA), o Grupo de Estudos OPARÁ e a REDE MATAS SECAS, todos estes vinculados à UNIMONTES, têm tecido diálogos fundamentais junto ao Grupo de Estudos Amazônicos (GEAM/UFRJ) e ao Grupo de Estudos de Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG), visando, no âmbito do projeto, a “construção de metodologia inovadora específica para identificação e caracterização das terras tradicionalmente ocupadas pelas populações ribeirinhas que ocupam as áreas da união, especificamente as áreas de margens de rios” (Ibid, 2015, p. 13). A pesquisa tem sido desenvolvida nas comunidades de Caraíbas, Sangradouro Grande, Balaieiro e Croatá.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

em baixo das árvores do quintal da casa de Dona Olívia, minha anfitriã desde o primeiro dia de pesquisa de campo⁴³. Foi impossível disfarçar a minha satisfação ao rever todos, que foi somada ao clima de descontração do ambiente, pois o café já estava servido. O reencontro foi excepcional. Conversamos sobre as experiências que vivemos juntos durante o período que estive lá e também sobre as mudanças que ocorreram na comunidade desde a minha partida. Isso acabou me tirando do foco da visita de então, que era bastante pontual e teria que ser realizada em poucos dias. Por sorte não estava sozinha para as tarefas, então, Claudia me chamou ao final da tarde para que começássemos a conversar com as pessoas ali presentes sobre o trabalho que iríamos realizar durante os próximos dias.

Em nossa conversa, explicamos que precisaríamos da companhia de um ou mais moradores para caminharmos pela comunidade, marcando no GPS os principais *marcos de ocupação tradicional*⁴⁴. Deveriam ser incluídos nos pontos: as casas dos antigos moradores; os cemitérios; as casas de farinha; as lagoas; os Sangradouros; os limites do território; e tantos outros quantos fossem apontados por eles. Naquele mesmo dia conseguimos, já sem a luz do sol, com apenas uma única lâmpada acesa no quintal para iluminar todo aquele *breu*⁴⁵, realizar o esboço de um desenho do território. Com este desenho, conseguimos ter uma noção mais clara dos lugares que deveríamos visitar.

No dia seguinte acordamos cedo para esperar Ramiro, que se prontificou a nos acompanhar na caminhada. Ramiro sempre viveu ali, como eles identificam, *nas mangueiras*. Desde pequeno anda pela *beira do rio* e conhece *cada pedaço do lugar*. Partimos da casa de Dona Olívia a pé, pois neste dia, marcaríamos também os locais das casas antigas e para isso, precisaríamos passar por baixo das

⁴³ É interessante ressaltar que as reuniões nesta localidade são comumente realizadas em baixo das grandes árvores. O terreno destinado para a construção da Associação Quilombola de Sangradouro Grande fica localizado *nas mangueiras* (uma área identificada pela existência de muitos *pés* de manga próximos uns dos outros), e é no terreno da associação que a maioria das reuniões acontece. A escolha do lugar para a construção da associação está relacionada a uma memória *dos antigos* guardada nas árvores. Este aspecto será aprofundado nas próximas idas a campo.

⁴⁴ O termo em questão foi utilizado no texto do Relatório de Pesquisa do projeto mencionado e refere-se as exigências da Instrução Normativa (IN) do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA nº 57/2009), órgão responsável pela operacionalização dos procedimentos de regularização fundiária dos territórios quilombolas. No texto da IN é informado que é necessário identificar e explicitar as formas “de ocupação quanto ao seu caráter tradicional, evidenciando as unidades de paisagem disponíveis no presente e no plano da memória do grupo, bem como seus usos, necessários à reprodução física, social, econômica e cultural” (INCRA, 2009).

⁴⁵ As palavras em itálico indicam falas e expressões utilizadas por meus interlocutores, assim como categorias utilizadas no projeto de pesquisa no qual colaboro.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

cercas. A estrada que dá acesso à comunidade existe há muitos anos, mas para os moradores que sempre viveram ali, visitar as casas dos parentes implicava em *cortar caminho* passando pelas trilhas *dos antigos*, que existem até hoje. Para evitar que o gado dos outros moradores e também dos fazendeiros – que se utilizam do recurso de *soltar o gado* para prejudicar a produção dos *pequenos* – invadam as roças, as trilhas foram fechadas e para caminhar por elas foi preciso atravessar inúmeras cercas.

A caminhada foi longa e enquanto atravessávamos a paisagem da *beira do rio*⁴⁶, que para nós era composta apenas por árvores, mato e alguns pequenos animais e insetos, Ramiro apontava para os lugares nos mostrando onde ficava a casa de cada pessoa que morou *naquele lugar ali*. Mesmo não existindo, a partir da nossa percepção, qualquer vestígio de alguma moradia ou construção, o morador conseguia identificar o local das casas antigas, dos cemitérios e outros lugares importantes que marcam uma relação construída conjuntamente e historicamente entre as pessoas e o território.

Nos dias seguintes demos continuidade ao trabalho, desta vez de carro, pois precisávamos pegar a estrada de terra para ir até o pé da serra – que é identificado como o limite das áreas inundáveis⁴⁷. Nestes dias marcamos os limites do território de Sangradouro Grande com outras comunidades vizinhas e também a localização dos *Sangradô*, que partem do rio, atravessam a comunidade e desaguam nas lagoas. Aproveitamos a passagem pelas outras comunidades para conversar com antigos moradores de Sangradouro Grande que haviam se mudado. Ao final da estadia

⁴⁶ A paisagem é pensada aqui no mesmo sentido de Ingold (2000, p. 193), para quem ela é considerada como “(...) the world as it is known to those who dwell therein, who inhabit its places and journey along the paths connecting them”. A opção pela utilização do conceito de paisagem vai de encontro as elaborações de Silveira (2009 e 2011). Para este autor a “paisagem é um recorte espacial definida pelo olhar. É, portanto, dependente da escala e do tipo de olhar. O olhar direcionado a uma paisagem é referenciado por práticas de conhecimento, pois conhecer uma paisagem é agir sobre ela. É construí-la, no sentido dado por Ingold (2000): uma construção concreta, não apenas uma construção mental”. Neste caso, estamos falando de uma paisagem de *beira de rio*, pois, como pude ouvir dos moradores, o que não é *beira de rio* fica *lá fora*, e nestes lugares, as plantas não são conhecidas e, sobretudo, não existem memórias impressas nas plantas (essa discussão será retomada mais adiante). A conceito de território também aparecerá no texto, mas neste caso, para se referir à uma delimitação política das áreas utilizadas por meus interlocutores.

⁴⁷ Por se localizar na margem do rio São Francisco, boa parte das áreas de habitação de Sangradouro Grande e outras comunidades circunvizinhas são planícies inundáveis nos períodos de cheia, o que também está relacionado com uma dinâmica de movimentação dos moradores entre estas comunidades. Estas áreas são determinadas pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) enquanto Linha Média de Enchente Ordinária (LIMEO) e atualmente, através da portaria N° 89, de 15 de Abril de 2010, têm sido destinadas as “comunidades tradicionais, com o objetivo de possibilitar a ordenação do uso racional e sustentável dos recursos naturais disponíveis na orla marítima e fluvial, voltados à subsistência dessa população, mediante a outorga de Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS)”. Em Minas Gerais a primeira comunidade a receber a TAUS foi Caraíbas, localizada na cidade de Pedras de Maria da Cruz (MG).

na localidade conseguimos marcar todos os pontos que considerávamos importantes para a construção do mapa de identificação do território.

Retornar à Sangradouro Grande e caminhar pelos lugares com os moradores me fez lembrar das vezes que já havia feito isso quando estive em campo pelas primeiras vezes. Acompanhei inúmeras vezes as caminhadas por entre as trilhas que atravessam a *mata*, seja para as visitas aos parentes dispersos pela localidade ou para *panhá* os frutos dos *pés de fruta*. Frequentemente acompanhava também as crianças: junto com elas, suas sacolas e baldes, caminhava no meio do mato para colher pitomba e outros frutos debaixo do *pé*. Estas experiências, de caminhar com os moradores na zona rural de Januária, me apresentaram outras possibilidades de pensar as comunidades negras rurais, deslocando o olhar para os modos como estas pessoas, ao estabelecerem relações com os outros seres e constituintes do mundo (plantas, trilhas, sangradouros, rio) constroem e reconstroem cotidianamente o território e a si próprias. Embora os *marcos territoriais* sejam importantes no processo de regularização fundiária destas comunidades, é no caminhar e no recordar que o território vai sendo construído e reconstruído. Deste modo, tendo a voltar o olhar (e também os outros sentidos) para a dimensão da territorialidade que McCallum (2015, p. 227) chamou atenção, aquela “produzida nos pequenos atos e encontros do dia-a-dia” e não aquela que “emerge de eventualidades ou processos históricos”.

As comunidades quilombolas e a delimitação do campo

As comunidades negras rurais têm sido tema de diversas etnografias desde a criação dos primeiros programas de pós-graduação em Antropologia no Brasil⁴⁸. Entre os estudos pioneiros e os mais recentes, houve muitas mudanças na forma de se abordar estes coletivos, sobretudo após 1988 (ano em que o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias [ADCT] estabeleceu os direitos territoriais para as “comunidades remanescentes de quilombo”). A emergência dos direitos quilombolas teve como efeito muitas conexões e interseções entre a antropologia e o direito, resultando, tal como observado por Mello (2012, p. 40), em uma “crescente demanda por uma definição judiciosa e de caráter científico que permitisse embasar as ações jurídicas motivadas por

⁴⁸ Em sua tese de doutorado, Plínio dos Santos (2010) faz uma recapitulação dos trabalhos produzidos no Brasil que tratam das comunidades negras rurais. O autor separa as produções em três períodos, que vão desde a criação dos primeiros PPGAS até o ano de 2009 (ano de conclusão da tese do autor).

esse dispositivo constitucional”. Neste processo, muitos agentes e discussões fizeram parte da acirrada disputa sobre a definição mais adequada para a categoria remanescentes de quilombos. Entre estes agentes e discussões pontuados por Mello (2012), compreendemos que as teorias da etnicidade se constituíram como as matrizes teóricas que fundamentaram a construção desta categoria, pois foram a partir delas, especificamente aquelas fundamentadas nas discussões de Barth (1969, 2000), que os próprios sujeitos envolvidos – “os grupos étnicos” – puderam informar os aspectos que consideravam mais significativos para a construção de suas identidades, através de critérios de autodefinição coletiva. Muito se alcançou através destas abordagens, sobretudo no processo de reconhecimento e titulação dos territórios quilombolas.

É dentro deste debate que o Projeto DS São Francisco⁴⁹ se insere: buscando compreender as reivindicações dos direitos territoriais das comunidades envolvidas na pesquisa, reconhecendo os usos dos espaços a partir dos seus costumes e tradições; respeitando os princípios de autoatribuição e autodeterminação desses coletivos; visando a identificação e caracterização dos territórios tradicionais. Para isso Caraíbas foi definida como comunidade potencial para o início da pesquisa, tendo em vista a concessão do TAUS realizada pela SPU no ano de 2014. A partir dos primeiros contatos com os moradores desta localidade foi possível perceber os vínculos que eles estabelecem com as comunidades vizinhas e a importância destes vínculos para a compreensão de suas territorialidades.⁵⁰ Registramos diversas narrativas que enfatizam relações, passadas e presentes, que vinculam os moradores destas comunidades entre si, tanto pelo parentesco como pela circulação das pessoas através dos festejos religiosos (Folia de Reis e Dança de São Gonçalo, que são marcados pelo samba, batuque e lundu) e buscas por locais de moradia causadas pelos movimentos de cheias e secas do rio. A territorialidade destas comunidades também pode ser pensada a partir da relação com as plantas, pois os parentes *antigos* são lembrados por meio das árvores.

Esta paisagem, onde estão localizadas as comunidades de Caraíbas, Balaieiro, Sangradouro Grande e Croatá, é composta por terra firme, o rio e as ilhas. Ela é marcada pela intensa movimentação da água, “(...) pela mobilidade das famílias sobre o território e pela mobilidade do próprio território” (LUZ DE OLIVEIRA, 2013, p. 2). Segundo a etnografia de Luz de Oliveira (2013), a terra-firme “compreende as áreas de *beira-rio*, o *barranco*, as *lagoas criadeiras* e a *mata*”; as ilhas são compostas

⁴⁹ Para não tornar o texto repetitivo, daqui em diante, irei me referir ao projeto como Projeto DS São Francisco.

⁵⁰ É importante mencionar que estas comunidades circunvizinhas também situadas nas margens do rio São Francisco têm se autoafirmado quilombolas e atualmente reivindicam o reconhecimento dos seus territórios.

por *terras altas*, *sangradô*, *baixão* e *vazantes* ou *lagadiços*. Nos períodos de cheias, o rio enche os *sangradouros* e os *baixões*, inunda as áreas de beira-rio, o barranco e as lagoas e, na medida em que o rio vai abaixando, formam-se *lagadiços* (também chamados de *vazantes* ou *lameiros*) e lagoas em toda a beira do rio. As *lagoas criadeiras* são assim denominadas porque, na medida em que são formadas pelas águas de enchente, recebem os alevinos e permite que eles se criem nas lagoas durante a seca e voltem ao curso do rio na próxima cheia. Os *sangradouros* e os *baixões* são os canais em que o rio escorre durante as cheias e que podem permanecer com água o ano inteiro. As *matas* são os lugares para as quais os moradores destas comunidades se movimentam para se protegerem nos períodos de grandes enchentes, levando consigo, além de objetos pessoais e domésticos, os animais (LUZ DE OLIVEIRA, 2013).

Toda essa paisagem de *beira de rio*, que inclui tanto os lugares inundáveis quanto a *mata* ou *capão* (terra firme), é composta por uma constelação de aglomerados rurais (ou comunidades). Devido a movimentação das pessoas e *bichos de criação* por essas áreas, causadas sobretudo pelo movimento das águas, os moradores e moradoras dessas localidades acabam estabelecendo relações entre si. Compreendendo esta dinâmica, a equipe de pesquisadores do Projeto DS São Francisco se lançou no empreendimento de compreender a relação dos habitantes do lugar com o território de forma mais ampla, ultrapassando os limites territoriais de cada comunidade. A pesquisa que inicialmente seria realizada em Caraíbas – que compreende uma área localizada na margem direita do rio São Francisco e a ilha da Capivara – passou a incluir também as comunidades de Sangradouro Grande, Balaieiro e Croatá – todas localizadas na margem esquerda do rio. A escolha por estas comunidades especificamente está relacionada ao fato de todas elas, assim como Caraíbas, se autoidentificarem enquanto quilombolas e também devido ao seu engajamento nas lutas políticas pelo território, que as leva à participarem de diversos espaços de negociação com as instituições parceiras do Projeto DS São Francisco, como a SPU.

As discussões realizadas no âmbito do Projeto DS São Francisco foram muito importantes, sobretudo porque vieram ao encontro das minhas reflexões a respeito das populações remanescentes de quilombos, que se transformaram em minha proposta de pesquisa de doutorado.

A Memória nas Plantas

Em uma conversa em Balaieiro, Dona Maria nos explica que *cada lugar tem um nomezinho*, *cada lugar o pessoal que veio morando*. Essa e outras narrativas são marcadas por descrições a



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

respeito do intenso fluxo dos moradores das localidades rurais dos municípios de Januária (MG) e Pedras de Maria da Cruz (MG).

Voltando à descrição sobre a nossa caminhada com Ramiro, como se a paisagem conversasse com ele, de maneira inesperada ele começava a contar algo que acontecera há muito tempo atrás, quando o lugar, no qual andávamos, foi tomado pela água na década de 80. Depois de uma breve saída, Ramiro lembra que, ao retornar, a água já chegava na altura da cintura, e neste momento era preciso *tirar para fora* os animais. *Quem tinha gado, tirava para fora; quem tinha cavalo, tirava para fora; quem tinha porco, tirava para fora.* Os lugares de refúgio eram as comunidades próximas ao pé da serra, como Pau D'óleo e Bom Jantar. Naquela época era só chegar e *arranchar*. Depois que o rio vazava, as famílias voltavam para a beira do rio e cada uma escolhia o novo local de *morada*, que dificilmente era no mesmo lugar. Caso o rio não levasse as madeiras que sustentavam a casa de taipa, ali era reerguida uma nova casa. Os *pés de manga*, os *pés de saputá*, os *pés de tamarindo* e os *pés de mutamba* são, entre outras, algumas das árvores lembradas para localizar estas moradias antigas. Ao ver determinado *pé de árvore*, Ramiro lembrava que ali era o lugar de moradia de algum parente, e desse modo, também lembrava de todas as famílias que já moraram ali. Assim, é possível compreender que, para os moradores de Sangradouro Grande, Caraíbas, Croatá e Balaieiro a memória do território está inscrita nas plantas e, a movimentação das pessoas pelo lugar, constrói o próprio território.

Morava muita gente nessas região nossa né. Como é um lugar que tem histórica, então esses pé de árvore que existe aí nesses beradão é centenário. E esses pés de manga, de quando eu conheço por criança, sempre morou gente aí. Não vai nascer um pé de manga ali daquele jeito bem cultivadinho, bonito daquele jeito. É em todo território aqui em Maria da Cruz. Aqui nunca nasceu um pé de manga assim nativo, sempre é alguém que planta. Pé de manga, ele (...) o subsolo aqui é tão seco, se você não regar ele, ele não vive não (João Bolinha, morador de Sangradouro Grande, 2014, depoimento pessoal, Apud ACYPRESTE, 2015, p. 47).

Como é possível perceber no depoimento acima, existe uma conexão entre a localização dos *pés* e as moradias das pessoas que vivem atualmente, ou já viveram nessa região. Longe de ser o único depoimento, nas narrativas dos moradores das localidades que beiram o rio São Francisco, é possível encontrar várias referências às árvores frutíferas e também a outros tipos de árvores. As árvores também acionam memórias relacionadas aos parentes e a forma de ocupação do ambiente, pois como



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

me diziam os moradores, *onde tinha as casa antiga tudo é cheio de pé de manga*. Os pés, e a dinâmica dos moradores relacionada aos pés, constroem o espaço de habitação⁵¹ e também o território, podendo, portanto, serem pensados como um aspecto constitutivo da socialidade dos moradores locais.

Em campo pude ouvir dos moradores que *aqui é um território que tem tradição*, pois é um lugar que tem *histórica*. *Histórica* pode ser tomado como modo nativo de refletir sobre a história da relação entre as pessoas e o lugar. Penso essa relação no mesmo sentido de Ingold (2005, p. 1), para quem “os lugares não têm posições, e sim histórias. Unidos pelos itinerários de seus habitantes, os lugares existem não no espaço, mas, como nós, em uma matriz de movimento”. Se tomarmos as afirmações dos moradores dessas localidades e a de Ingold (2005), entendemos que as pessoas, assim como os lugares, vão se construindo ao longo de um fluxo de linhas, traços e rastros. Não existem fronteiras na constituição das pessoas e dos lugares, pois ambos são resultados de caminhos ao longo da vida, de movimentos, trajetórias. Paisagem, plantas e pessoas são resultados de um processo co-transformativo, o que me leva a refletir sobre como os processos mais comuns e cotidianos, fizeram e fazem continuamente esse ambiente e por sua vez, o que podemos entender como seus territórios.

Nas pesquisas antropológicas sobre a relação das populações humanas com as plantas (essa discussão será retomada adiante) vários autores têm chamado atenção para o fato de que as plantas informam sobre diversos aspectos da vida, como por exemplo, o parentesco e a construção da pessoa. Neste texto, parto da hipótese de que as plantas podem informar sobre os territórios das comunidades quilombolas ribeirinhas de Januária e Pedras de Maria da Cruz. O ponto que me permite conectar plantas e território pode ser encontrado nas próprias discussões sobre este conceito e seus correlatos. Para Godoi (2014, p. 10), por exemplo, “o território toma forma não só por meio da inscrição no espaço físico, mas nas narrativas, pois ele também é organizado discursivamente, sobretudo, quando se trata de territórios de povos para os quais a tradição oral ancorada na memória social tem peso importante, como os estudados por nós, antropólogos”. Considerando que nas comunidades negras

⁵¹ Aciono aqui o conceito de “habitar” de Ingold (2000). Para este autor, não podemos ver a relação entre a ação do homem na paisagem como uma inscrição, mas sim como uma incorporação, pois não existe esse pré mundo físico, como uma tela em branco a espera de uma significação cultural. O que o autor propõe é que vejamos as tessituras constituídas, na história, entre os humanos, as plantas, os animais e os seres inanimados, e como essas tessituras conformam a paisagem em si.

rurais de Januária e Pedras de Maria da Cruz as plantas evocam memórias, uma abordagem centrada nas relações dos moradores com as plantas tem se apresentado como um caminho interessante para se pensar o território e outros aspectos desses coletivos⁵².

Relações Humanos - não humanos: as plantas

Para discutir o tema que venho propondo, tomo como referência a produção antropológica centrada nas relações humanos - não humanos, que surge a partir de debates realizados por autores como Bruno Latour, Philippe Descola e Eduardo Viveiros de Castro. As críticas desses antropólogos ao conceito de sociedade, “e os outros conceitos que ele produz” (STRATHERN, 2014, p. 235), como o seu oposto “indivíduo” e outras séries de oposições binárias, fizeram emergir na antropologia a importância das relações, que reaparecem não mais como secundárias, mas como primárias e intrínsecas para a compreensão das formas de existência humana e não humana. As críticas realizadas ao conceito de sociedade por autores como Wagner (2010) e Strathern (2006, 2014) resultaram na criação e convencionalização do conceito de socialidade, que captura, como explica McCallum (1998), a visão própria das pessoas “sobre o sentido de suas vidas e a dinâmica de suas atuações no mundo”. Com estas críticas, a antropologia social passou de uma ciência da força integrativa dos grupos, uma ciência da “grupidade” (WAGNER, 2010), para uma ciência preocupada em como as pessoas criam e mantêm suas relações.

Já que as relações são o foco, outros seres ou entes passaram a ser vistos como partes importantes na construção das formas de estar no mundo. A incorporação desses outros seres - artefatos, animais e plantas - nas etnografias contemporâneas, está relacionada à discussão iniciada na coletânea organizada por Descola e Pálsson (1996), que trata da dicotomia natureza-cultura. Ali, todos os autores percebem que essa oposição se reproduz em outras oposições binárias que caracterizam o pensamento ocidental. Assim, Descola e Pálsson (1996) propõem que pensemos a oposição entre natureza e cultura não como um objeto em si, mas como ferramenta para a reflexão,

⁵² Na coletânea organizada por Andrello (2012) sobre o processo de identificação dos sítios sagrados na região do Alto Rio Negro, os elementos não humanos que compõem a paisagem, como os rios, cachoeiras, pedras, praias, plantas, entres outros, também evocam memórias, pois a história dos povos que habitam essa região está escrita nesses elementos. Segundo Hugh-Jones (2012), na mesma coletânea, alguns lugares e os elementos que o compõem se prestam como dispositivos mnemônicos para os povos que ali habitam.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

ultrapassando a noção de uma natureza fixa e imutável que orienta o modo como olhamos para os modos de existências completamente diferentes da nossa⁵³.

Outros dois autores, Latour (1994) e Viveiros de Castro (1996), também ajudam a elucidar essa discussão. A antropologia simétrica de Latour (1994) foi inspiradora tanto para Descola (1996) quanto para Viveiros de Castro (1996), que a mobilizaram para revisar a dicotomia entre natureza e cultura⁵⁴. A categoria “não humanos” tem sido usada para designar “as maneiras, extremamente inventivas, pelas quais os povos do mundo denominavam tudo aquilo que não eram eles mesmos “(...) muitas vezes, os deuses, animais, objetos com os quais fazem sociedade e que contribuíam um pouco para formá-los” (Houdart, 2015, p. 15). No tocante às relações com plantas e árvores no Brasil, estas têm sido objeto de estudos de autoras como Viegas (2007), Maizza (2012 e 2014), Oliveira (2008) e Menezes (2016).

Em uma antropologia da vida cotidiana, Viegas (2007) observou a relação das pessoas com as plantas ao etnografar o modo de vida dos Tupinambá no sul da Bahia. Entre estes, o espaço de habitar não é constituído só pela “casa”, mas também pelo plantio de roça e pelos “pés de fruta”; assim, os quintais são elementos indissociáveis da casa. A relação dos Tupinambá com as plantas está atrelada aos atos de comer e a capacidade de “dar sustento”, como um modo de produzir a pessoa Tupinambá e o parentesco. Entre os Jarawara, no Médio Purus, pesquisados por Maizza (2012), as plantas e árvores são classificadas enquanto domesticadas e não domesticadas. As domesticadas são também espíritos do céu, e por isso mesmo, sujeitos em potencial (MAIZZA, 2012) que produzem parentesco, pois os Jarawara são pais, cunhados, irmãos, filhos, sobrinhos e cônjuges potenciais de plantas. Dentre estas pesquisas sobre a relação com plantas também podemos citar o trabalho de Oliveira (2008), que buscou compreender os modos de conhecer a floresta e os saberes sobre as plantas elaborados pelos Wajãpi, grupo tupi localizado no Amapá; e de Menezes (2016), que estudou os quintais Puruborá e sua relação com a memória e a historicidade deste povo indígena.

As etnografias mencionadas acima são inspiradoras para a realização de uma discussão sobre a relação dos quilombolas com as plantas; no entanto, não deixo de considerar a extensa bibliografia concernente as relações entre as populações rurais e a “natureza”. Foi diante de um contexto de

⁵³ Para uma abordagem mais profunda sobre esses debates, ver Vander Velden e Badie (2011).

⁵⁴ A entrada dos não humanos nas etnografias contemporâneas passou a exigir dos antropólogos que atribuíssem a cada um desses elementos faculdades de agir equivalentes às humanas. A isto, explica Houdart (2015), se atribui a perspectiva simétrica criada e convencionalizada por Latour (1994).



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

diminuição da biodiversidade, causada pela intensa exploração dos recursos naturais e dos grandes projetos de “desenvolvimento”, que as pesquisas em conservação ambiental foram se intensificando na tentativa de compreender e pensar possíveis soluções para o problema. Uma das soluções foi, e continua sendo, a implantação dos parques e unidades de conservação em áreas de grande biodiversidade onde, em muitos casos, já existem populações humanas. O grande paradoxo é que, nas visões conservacionistas, as populações humanas não são incluídas como parte do ambiente e, por isso, foram e continuam sendo expulsas das áreas destinadas às unidades de conservação. Por esse motivo, estas correntes ecológicas têm sido alvo da crítica de biólogos (p. ex: EHRLICH, 1997), historiadores (p. ex: GUHA, 2001) e antropólogos (p. ex: ARRUDA, 1999). Perante a falta de compreensão dos modos de vida das populações “que apresentam, pelo menos em parte, uma história de pouco impacto ambiental” (CARNEIRO DA CUNHA e ALMEIDA, 2009), antropólogos, algumas correntes da biologia e as próprias populações, passaram a reivindicar o reconhecimento dos seus direitos territoriais a partir dos seus modos de relação com o ambiente.

Portanto, nas discussões realizadas no âmbito da antropologia, os temas da biodiversidade e “populações tradicionais” têm estado intimamente interligados, pois a biodiversidade, antes entendida como produto da própria natureza sem a intervenção humana, passou a ser compreendida como produto também da ação dos humanos, em particular das “populações tradicionais”, que possuem determinadas práticas de manejo dos recursos naturais (ACYPRESTE, 2016). A própria convencionalização do conceito de “populações tradicionais” é resultado do esforço de dar visibilidade aos direitos territoriais de determinadas populações que, segundo Carneiro da Cunha e Almeida (2009), “seguem regras culturais para uso dos recursos naturais”. Essa compreensão é resultado de uma série de estudos realizados com populações indígenas e tradicionais (seringueiros, pescadores, babaçueiras, quilombolas, geraizeiros, vazanteiros, entre outras), em que os pesquisadores se propuseram a investigar mais profundamente a relação entre estas populações e o ambiente⁵⁵.

No caso específico dos quilombos, existem alguns trabalhos das áreas de etnobotânica e geografia que tratam das plantas e dos quintais. Na perspectiva da etnobotânica, Taqueda (2009) apresenta a variabilidade florística nos jardins-quintais de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, resultados das alterações nas dinâmicas sociais e econômicas dessas comunidades. Na

⁵⁵ Entre estes estudos, podemos citar Baleé (1994), Posey (1987), Dayrell (1998) e Emperaire (2010).



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

mesma perspectiva, Gomes (2009) buscou investigar os saberes etnobotânicos dos terreiros de candomblé e das comunidades quilombolas da região metropolitana de Belo Horizonte (MG) descobrindo “as histórias, magias, o sagrado e o profano no universo das plantas” e encontrando “mágicas rotas guardadas na *memória das plantas* e materializadas na rica biodiversidade resguardada por sujeitos sociais nos seus complexos sistemas de curas” (GOMES, 2009, p. 27). Por fim, Pereira e Almeida (2011), buscaram compreender como se dá a relação dos Kalunga com os seus quintais, entendendo o quintal como um lugar que abriga saberes e é palco para a reprodução da cotidianidade.

Estes trabalhos têm um importante papel em mostrar que a “natureza intocada” na verdade é produto da ação das “populações tradicionais” (e nas pesquisas citadas acima: fruto da ação dos quilombolas). No entanto, o que ainda se mantêm nestes estudos é uma assimetria no modo de pensar os humanos e os não humanos, pois os elementos da natureza apenas sofrem a ação dos humanos e, por isso, parecem não possuir, no mais das vezes, qualquer capacidade de agir. Com a presente discussão, sugerimos algo um tanto diferente: tomamos as plantas – junto com os humanos e outros seres – como agentes na constituição do mundo.

Desse modo, neste texto a intenção foi apontar alguns aspectos que pudessem ser pensados e discutidos a partir da experiência no Projeto DS São Francisco, sobretudo para refletir como o território têm sido permanentemente construído a partir das práticas cotidianas dos moradores. Através do diálogo com as outras produções antropológicas sobre as plantas, intencionamos apresentar as possibilidades de discussão a respeito das comunidades negras rurais e as plantas, visando, a partir da abordagem dos humanos – não humanos, compreender um pouco mais sobre o mundo vivido e cotidiano dos quilombolas sertanejos.

Referências

- ACYPRESTE, Izadora P. *Se movendo por território: os caminhos traçados pela comunidade de Sangradouro Grande para a garantia do território*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.
- _____. Patrimônio Alimentar: passos para a garantia da sociobiodiversidade e segurança/soberania alimentar. *Tessituras*, v. 4, pp. 335-350, 2016.
- ANAYA, Felisa. Dinâmicas Socioambientais na Bacia Média do Rio São Francisco Mineiro: identificação e caracterização de terras tradicionalmente ocupadas por povos e comunidades



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

tradicionais. *Proposta de Demanda Endogovernamental*. Montes Claros: 05 de outubro de 2015.

ANDRELLLO, Geraldo. Introdução – Porque rotas de criação e transformação? In: ANDRELLLO, Geraldo (Org.). *Rotas de criação e transformação: narrativas de origem dos povos indígenas do rio Negro*. São Paulo: Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2012.

ARRUDA, R. S. V. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. *Ambiente & sociedade*, (5), 79-92, 1999.

BALEÉ, William. Footprints of the forest Ka'por ethnobotany. The historical ecology of plant Utilization by an Amazonian people. Nova York: Columbia University Press, 1994.

BARTH, Fredrick. "Introduction". In Barth, F. (org.). *Ethnic groups and boundaries: the social organization of culture difference*. Bergen / London: Universitets Forlaget / George Allen & Unwin. Pg. 9-38, 1969.

_____. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela C; ALMEIDA, Mauro W. B. Populações Tradicionais e Conservação Ambiental. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Cultura com Aspas*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

DAYRELL, C. A. Geraizeiros e Biodiversidade no Norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais. Dissertação (Maestria em Agroecologia y Desarrollo Rural Sostenible), Universidade Internacional de Andalucia, 1998.

DESCOLA, Phillipe. Constructing Natures: symbolic ecology and social practice. In: DESCOLA, Phillipe; PALSSÓN, Gílsi (Org.). *Naturaleza e Sociedad: perspectivas antropológicas*. London: Routledge, 1996.

DESCOLA, Phillipe; PALSSÓN, Gílsi. Introdução. In: DESCOLA, Phillipe; PALSSÓN, Gílsi (Org.). *Naturaleza e Sociedad: perspectivas antropológicas*. London: Routledge, 1996.

EHRlich. P. R. A perda da diversidade – causas e consequências. In: Wilson, E.O. Nova. *Biodiversidade*. Rio de Janeiro: Fronteira, 1997.

EMPERAIRE, Laure. Criar as plantas. In: EMPERAIRE, Laure. (Org.). Dossiê de registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro. ACIMRN / IPHAN / IRD / Unicamp-CNPq, Brasília, 2010. On line: <http://www.iphan.gov.br>

GODÓI, Emília P. Territorialidade: trajetórias e usos do conceito. *Raízes*. V. 34, n.2, jul-dez, pp. 8-16, 2014.

GOMES, Ângela Maria S. Rotas e diálogos de saberes da etnobotânica transatlântica negro-africana: terreiros, quilombos, quintais da grande BH. 270f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

GUHA, Ramanchandra. O Biólogo autoritário e a Arrogância do Anti-Humanismo. In: Diegues, A.C. (org). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. Hucitec: São Paulo, SP. pp. 81-100, 2001.

HOUDART, Sophie. Humanos e Não Humanos na antropologia. *Ilha*, Santa catarina, UFSC, v. 17, nº 2, pp 13-29, 2015.

HUGH-JONES, Stephen. Escrever na pedra, escrever no papel. In: ANDRELLLO, Geraldo (Org.). *Rotas de criação e transformação: narrativas de origem dos povos indígenas do rio Negro*. São Paulo: Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2012.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

- INGOLD, Tim. The temporality of the landscape. In: *The Perception of the Environment. Essays in Livelihood, Dwelling and Skill*. London: Routledge, 2000.
- _____. Jornada ao Longo de um caminho de vida: mapas, descobridor-caminho e navegação, *Religião e Sociedade*, v. 25, n 1, p. 76–110, 2005.
- LATOURETTE, Bruno. *Jamais Fomos Modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- LUZ DE OLIVEIRA, Claudia. Fluidez, nomadismo e impermanências: reflexões sobre território e territorialidade entre os vazanteiros do médio São Francisco. In: Carlos Rodrigues Brandão; Angela Fagna Gomes de Souza. (Org.). *O Viver em Ilhas*. 1ed. Uberlândia MG: EDUFU, 2013, v. 1, p. 85-100.
- MAIZZA, Fabiana. Cosmografia de um mundo perigoso. Espaço e relações de afinidade entre os Jarawara da Amazônia. São Paulo: Edusp/ Nankin Editorial, 2012.
- _____. Sobre as crianças-planta: o cuidar e o seduzir no parentesco Jarawara. *Mana*, vol. 20, n. 3, Rio de Janeiro, Dez., 2014.
- MCCALLUM, Cecília. Alteridade e Sociabilidade Kaxinauá: perspectivas de uma antropologia da vida diária. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 38, Out, 1998.
- _____. Espaço, pessoa e movimento na socialidade ameríndia: sobre os modos Huni Kuin de relacionalidade. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 58, n. 1, pp 223-256, 2015.
- MELLO, Marcelo M. Reminiscências dos Quilombos: territórios da memória em uma comunidade negra rural. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.
- MENEZES, Tarsila. O passado, o presente e o futuro nas plantas Puruborá. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de São Carlos, 2016.
- OLIVEIRA, Joana C. Mundos e Roças e Florestas. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 11, n. 1, p. 115-131, jan.-abr. 2016.
- _____. Entre Plantas e Palavras: modos de constituição de saberes entre o Wajãpi (AP). Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, 2012.
- PEREIRA, Bruno; ALMEIDA, Maria Geralda. O quintal kalunga como lugar e espaço de saberes. *Revista GeoNordeste*, n. 2, Ano XXII – Artigos, 2011.
- PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre Barboza. *Fiéis Descendentes: Redes-Irmandades na Pós-Abolição entre Comunidades Negras Rurais Sul Mato Grossenses*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de Brasília, 2010.
- POSEY, Darrell. Manejo da Floresta Secundária, Capoeiras, Campos e Cerrados (Kayapó). In: RIBEIRO, Berta (Cord.). *Suma Etnológica*. Petrópolis: Vozes/FINEP, 1987.
- SILVEIRA, Pedro C. B. Híbridos na paisagem: uma etnografia de espaços de produção e de conservação. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, v. XII, n. 1, p. 83-98, jan-jun. 2009.
- _____. Conhecimentos científicos, conhecimentos locais e hibridismo: por uma etnografia simétrica da paisagem. *R@U*, v. 3, n. 1, jan-jun., p. 212-235, 2011.
- STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva. Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- _____. O conceito de sociedade está teoricamente obsoleto? In: *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- TAQUEDA, Carolina S. A etnoecologia do jardins-quintal e seu papel no sistema agrícola de populações quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo. 2009. 213f. Dissertação (Mestrado em Ecologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- VANDER VELDEN, Felipe F.; BADIE, Marilyn Cebolla. A relação entre natureza e cultura em sua diversidade: percepções, classificações e práticas. *Avá, Posadas*, n. 19, dic. 2011.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

VIEGAS, Susana M. *Terra Calada: Os tupinambá na Mata Atlântica do Sul da Bahia*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. Os Pronomes Cosmológicos do Perspectivismo Ameríndio. *Mana*, Rio de Janeiro, v.2, n. 2, Out. 1996.

WAGNER, Roy. Existem Grupos Sociais nas Terras Altas da Nova Guiné? *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 19, p. 1-384, 2010.